

**A FEMINILIZAÇÃO URBANA BURGUESA, COM REALCE À
VANGUARDA FEMINISTA NORTE RIO GRANDENSE**

**THE BURGUESE URBAN FEMINILIZATION, WITH AN ENHANCEMENT
OF THE FEMINIST VANGUARD NORTE RIO GRANDENSE**

**LA FEMINIZACIÓN URBANA BURGUESA, CON POTENCIAL DE LA
VANGUARDIA FEMINISTA NORTE DE RIO GRANDENSE**

Anna Gabriella de Souza Cordeiro

Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professora de História do Quadro Efetivo da Secretaria Municipal de Educação de João Câmara/RN. Professora Temporária do IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Endereço: Rua Professora Maria Mota, 903, Rota dos Ventos, João Câmara, RN. CEP: 59570-000.

E-mail: gabriellacordeiro@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6760-9668>

Sylvana Kelly Marques da Silva

Doutora em Ciências Sociais, pelo PPGCS (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa da Capes em decorrência a primeira colocação no processo seletivo, área de concentração em dinâmicas sociais, práticas culturais e representações, sob orientação da Professora Titular Maria Lúcia Bastos Alves, com Estágio Doutoral (Doutorado Sanduíche) na Universidade de Washington (UW-EUA) no Henry M. Jackson School of International Studies - Latin American and Caribbean Studies, sobre orientação do Professor Associado Jonathan Warren. Mestre em Turismo pelo PPGTUR (Programa de Pós-graduação em Turismo/UFRN), com bolsa da Capes em decorrência da primeira colocação no processo seletivo, na área de concentração: Turismo, Desenvolvimento regional/local e Gestão. Especialista em Gestão e Estratégia de Marketing pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá do Rio de Janeiro. Bacharel em Turismo pela UniFACEX. Professora Adjunta Curso no Curso de Bacharelado em Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Colaboradora do Curso de Ciências Humanas do Centro de Ciências de São Bernardo (UFMA). Coordenadora da linha de pesquisa: Cultura, Poder, Imagem, Representações Espaciais e as Transversalidades com o Turismo, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPENADEC). Vice - coordenadora do Laboratório de Estudos do Imaginário (LEI) e coordenadora da Linha de Pesquisa: Cultura & Espaço: O imaginário moderno/colonial na produção dos espaços. Vice-Coordenadora do Comitê Turismo e Sustentabilidade (UFRN).

Integrante da Rede de Pesquisa em Turismo Religioso-NE (REPETUR). Coordenou o Curso de Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo entre os anos de 2019 e 2022.

E-mail: sylvana.kelly@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5839-4562>

RESUMO

Oferecemos uma reflexão histórica sobre a vanguarda feminista norte rio-grandense nos espaços urbanos, aportada na representação do capitalismo concorrencial e da burguesia industrial. As lutas feministas compõem um modo de urbanidade que transgride práticas segregatórias nos espaços das cidades. Os movimentos de vanguarda ocorridos nesse recorte geográfico com suas notáveis representantes – Auta de Souza, Zila Mamede, Nízia Floresta e Celina Guimarães Viana – anunciam centelhas das transformações socioespaciais na luta pela emancipação. Pertencentes a um grupo estigmatizado nos estudos do feminismo do Brasil, consideradas parte de um “feminismo difuso” distante das questões da classe e da raça, as burguesas materializaram ações com uma rica trajetória por direitos sociais; vivenciaram tensões sociais, representações e lutas políticas construtoras de um arsenal de disputas dinamizadoras de um espaço em que se constituiu o primeiro voto feminino no Brasil, no ano de 1927, fato que repercutiu mundialmente. O que abriu as portas para uma nova urbanidade, com a representação das mulheres no cenário político atual. A vanguarda se mantém como parte das transformações operadas com a luta feminista mediada pelo acúmulo do tempo no espaço contemporâneo. Hoje, o estado tem como representante maior do governo uma mulher, concomitante, possui a maior bancada parlamentar municipal representada por mulheres em nível de país.

Palavras-chave: Urbano. Cidade. Feminismo. Política. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

We offer a historical reflection on the feminist vanguard from the Rio Grande do Norte in urban spaces, based on the representation of competitive capitalism and the industrial bourgeoisie. Feminist struggles compose a mode of urbanity that transgresses segregatory practices in city spaces. The avant-garde movements that took place in this geographical area with their notable representatives – Auta de Souza, Zila Mamede, Nízia Floresta and Celina Guimarães Viana – announce sparks of socio-spatial transformations in the struggle for emancipation. Belonging to a stigmatized group in feminist studies in Brazil, considered part of a “diffuse feminism” far from questions of class and race, the bourgeois women materialized actions with a rich trajectory for social rights; experienced social tensions, representations and political struggles that built an arsenal of dynamic disputes in a space in which the first female vote was constituted in Brazil, in 1927, a fact that had worldwide repercussions. Which opened the doors to a new urbanity, with the representation of women in the current political scenario. The avant-garde remains part of the transformations brought about by the feminist struggle mediated by the accumulation of time in this contemporary space. Today, the state has a woman as the highest representative of the government, in the same way, it has the largest municipal parliamentary group represented by women at the country level.

Keywords: Urban. City. Feminism. Policy. Rio Grande do Norte

RESUMEN

Ofrecemos una reflexión histórica sobre la vanguardia feminista del norte de Rio Grande do Sul en los espacios urbanos, a partir de la representación del capitalismo competitivo y la burguesía industrial. Las luchas feministas componen un modo de urbanidad que transgrede las prácticas segregatorias en los espacios de la ciudad. Los movimientos de vanguardia que se dieron en esta área geográfica con sus notables representantes – Auta de Souza, Zila Mamede, Nízia Floresta y Celina Guimarães Viana – anuncian chispas de transformaciones socioespaciales en la lucha por la emancipación. Pertenecientes a un grupo estigmatizado en los estudios feministas en Brasil,

consideradas parte de un “feminismo difuso” lejos de cuestiones de clase y raza, las mujeres burguesas materializaron acciones con una rica trayectoria por los derechos sociales; experimentó tensiones sociales, representaciones y luchas políticas que construyeron un arsenal de disputas dinámicas en un espacio en el que se constituyó el primer voto femenino en Brasil, en 1927, hecho que tuvo repercusión mundial. Lo que abrió las puertas a una nueva urbanidad, con la representación de la mujer en el escenario político actual. La vanguardia sigue siendo parte de las transformaciones provocadas por la lucha feminista mediada por la acumulación de tiempo en el espacio contemporáneo. Hoy en día, el estado tiene a una mujer como máxima representante del gobierno, concomitantemente, cuenta con el mayor grupo parlamentario municipal representado por mujeres a nivel país.

Palabras clave: Urbano. Ciudad. Feminismo. Política. Río Grande del Norte.

INTRODUÇÃO

Que as cidades preexistem a sociedade moderna tendo como uma das formas da divisão social a confirmação biológica do sexo, é uma informação banal. A formação das cidades traz consigo uma carga de grande interação social, a qual designa os papéis de cada um dos indivíduos que formam o seu todo e interagem compondo fenômenos, como o da urbanidade. Esse espaço delineado pelo capitalismo concorrencial e a burguesia industrial, ante as lutas feministas passam a compor um modo de urbanidade das mulheres, transgredindo as normativas sociais que as segregavam da cidade. Observamos a árdua trajetória que as levou a garantir a sua espacialidade no estado do Rio Grande do Norte/NE, Brasil. Os movimentos de vanguarda ocorridos nesse recorte geográfico acarretaram transformações sociais com a centralidade da participação feminina, das suas notáveis representantes: Auta de Souza, Zila Mamede, Nízia Floresta, Celina Guimarães Viana, dentre outras que pensaram e viveram as lutas por emancipação. O que se reflete nos dias atuais, basta apontar, a participação significativa das mulheres no cenário político.

Cientes de que existia uma grande massa de mulheres que lutavam por direitos, defendemos a ideia de que um estudo sobre parte dessas mulheres, as burguesas, suas dificuldades e lutas pela conquista do espaço, auxiliará na compreensão de como as relações sociais se desenvolveram diante de continuidades e rupturas em um conjunto complexo e multifacetado de interações socioespaciais. Para isso abordaremos a relação de gênero com a cidade como plano de fundo das práticas, na teia social dos papéis, uma vez que, esse espaço é visto como obra complexa da ação humana e da sua interação, uma fonte inesgotável do pensamento ocidental que se transmuta e se recria nas práticas cotidianas. Local onde os

indivíduos e suas ideias pululam na órbita de pedras, colocadas estrategicamente umas sobre as outras, para abrigar, esconder, libertar ou aprisionar. O ambiente onde cada indivíduo está como microcosmo do todo e o todo como espelho do indivíduo, onde o poder das coletividades é a força motriz das transformações sociais.

De forma prima, interessa-nos explicitar como se deu esta a divisão do masculino e feminino, diante de uma urbanidade que se impõe, mais importante, como a mulher supostamente invisível nesse espaço produziu fraturas apoiada pelas lutas feministas nas normativas sociais que as segregaram do espaço urbano? A influência da mulher burguesa na luta pela conquista de seu espaço: seja o espaço metáfora, social, público ou privado traz à tona novos marcos políticos produzidos pelos sonhos de emancipação. É parte das lutas das mulheres que passaram a almejar alguns direitos de igualdade ante a dicotomia apresentada pelo masculino/feminino na ordem social vigente; apesar de sofrerem a violência simbólica de uma prisão secular, a segregação vestiu as cores da ação e contribui com a complexa luta feminina no Brasil por direitos (ALVES, 1980; SAFFIOTI, 1969). O árduo caminho que levou as mulheres a garantir sua espacialidade no âmbito da opressão e a passividade a elas imputada, aponta, como reafirma Fracarro (2018) que a suposta ausência das mulheres nos espaços públicos não reverberou na indiferença do gênero nas alianças coletivas e políticas, ao contrário a história as silenciou, elas não. O que acarretou significativas transformações para as mulheres no decorrer do século XX até os dias atuais, afinal o silêncio dessas mulheres não explicaria tantas mudanças.

As temáticas relacionadas ao gênero feminino tornaram-se objeto de interesse das Ciências Sociais, da Sociologia, da História, Geografia entre outras áreas de produção do conhecimento. E, claro, vincula-se a história da humanidade no tempo, aqui propostas por intermédio das mudanças ocorridas no relacionamento entre o homens e mulheres no espaço urbano e do estatuto que lhes é dado. Esse estatuto, segundo Fracarro (2018) é apontado por rupturas que definem os modos de atuação do feminismo por ondas. Existiria assim uma primeira onda do feminismo que corresponde as primeiras décadas do século XX, período que baliza a nossa pesquisa, constituído por um mito de origem que o adjectiva como mal nascido, por ser burguês e elitista. A questão sobre esse olhar é que fragmenta e desvaloriza momentos de tensões sociais, representações, materializações e lutas políticas que construíram um arsenal de disputas dinamizando as relações no espaço em que se constituía.

Apesar da importância do debate, as discussões ainda são restritas, e esta pesquisa objetiva dar corpo a esse tema ao oferecer uma reflexão sobre a história das relações do feminismo a partir da sua espacialidade no Rio Grande do Norte. Para tal nos debruçamos sobre fontes primárias, tais como, jornais, revistas, panfletos, relatórios oficiais e literatura específica sobre o tema e o recorte geográfico. Cientes de que existia uma grande massa de mulheres que lutavam por direitos, defendemos a ideia de que um estudo sobre as mulheres burguesas, suas dificuldades e lutas pela conquista do espaço, não negam ou omitem outras lutas, mas nas relações multifacetadas que se dão nos espaços auxiliam na compreensão de como as relações sociais se desenvolveram diante de continuidades e rupturas em um conjunto complexo de interações socioespaciais com frutos em meio as tensões.

Ao mesmo tempo em que as mulheres do estado se destacam na cena nacional com a vanguarda no cenário político, esse é palco de números alarmantes de violência contra as mulheres, sendo um dos mais perigosos locais para o gênero feminino. Entre as mulheres assassinadas por feminicídio um percentual de quase 90%, são de mulheres negras. É como se fosse a Belíndia do Edmar Bacha, adaptada ao gênero.

Isso aponta a interação múltipla das dinâmicas sociais onde continuidades e rupturas se efetivam nas práticas coletivas e cotidianas. Apesar dessas conquistas não serem expressivas em termos numéricos são substanciais, em um país em que máquina pública tem sido lenta em absorver os princípios da diversidade de gênero. É um evento e significativo o maior cargo da representação pública do estado estar nas mãos da Pedagoga Fátima Bezerra, a única mulher a ser eleita governadora no Brasil nas eleições de 2018 e em 2022, a única mulher reeleita em primeiro turno no país. Do mesmo modo, as câmaras municipais do estado possuem a maior representação feminina do país (IBGE, 2021).

São conquistas que convida à observação, com muita atenção, do silêncio do gênero na história, amparados no que diz Perrot (2007, p. 109): “As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres.” Que não estavam em silêncio! E, enaltecer o papel das lutas feministas por direitos e busca da liberdade, vindo essas lutas das mulheres burguesas, ou operárias, ou negras, ou transexuais, entre outras que seguiram e seguem organizando projetos de justiça e emancipação.

A CIDADE & A MULHER

A formação das cidades traz consigo uma carga de grande interação social a qual designa os papéis de cada indivíduo que forma o todo. A cidade segundo Lefebvre (1991) é um dos princípios base da civilização ocidental, constituída por meio de uma lógica espacial mestre que a concatena ao conhecimento, a contemplação, ao saber e ao cosmos. A cidade é Antiga e, também, Oriental, é Arcaica e, na sequência, Medieval. A Oriental e a Arcaica, marcada pela posse de escravos, eram essencialmente políticas; a Medieval era comercial, artesanal e bancária, organizada pelo viés político. Já as cidades modernas, com estruturas complexas, são centros da vida social e política, organizadas pela acumulação das riquezas em vários circuitos de trocas formatados pelo capitalismo, com eventuais crises e rupturas.

Ainda, citando Lefebvre (1991), nessa ambiência é produzida a divisão social do trabalho, obtida na separação entre o campo e a cidade, une-se aí as questões relativa ao gênero, com a divisão do trabalho feminino e do trabalho masculino, as idades desses trabalhadores e os tipos de tarefas a serem desenvolvidas. Esse é um dos modos como a nossa sociedade constrói os elementos definidores do gênero masculino e feminino, e é uma das primeiras concepções reproduzidas socialmente (BENTO, 2012). Gênero é uma das primeiras categorias interiorizadas pelos seres humanos. É interessante perceber, mesmo espriando-se historicamente que as distintas cidades tem em seu centro social um tipo de organização para a divisão social dos sexos desde os sumerianos até os dias atuais.

Isso nos norteia para a percepção de que os espaços e as relações não se dão de modo natural ou evolutivo, ao contrário, surgem dos propósitos sociais, com seus eventos e rupturas. Toda e qualquer ideia apresentada em prol da naturalização dessas dinâmicas são ideológicas e tentam invisibilizar tais relações com o propósito da manutenção das relações existentes por interesses construídos em esferas privilegiadas de poder, que vem a beneficiar lógicas e grupos restritos.

A cidade é uma obra, um construto, uma criação ligada diretamente ao pensamento filosófico, ou seja, é um produto direto da filosofia ocidental. Em outras palavras, a cidade nasce do pensamento filosófico em relação com a intelectualidade e as elites sociais. E, o urbano como égide das interações e transformações sociais ocorrida nas cidades esboça o padrão moderno da civilização com o modelo ideal de lugar, impondo uma lógica a ser seguida na difusão dos seus objetos e sistemas próprios da urbanidade. Não só conforma um sistema sócio espacial e econômico, mas um sistema cultural, simbólico e imagético que universaliza por todo

o tecido urbano as estruturas que configuram a ideia da civilização. Para a historiadora Sandra Pesavento:

A cidade é objeto da produção das imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (PESAVENTO, 2007: p. 14).

Essencialmente imagética, segundo a autora, esse habitar em sua proximidade é visto como formador e transformador dos núcleos sociais, um espaço de interação e discussão, onde os indivíduos e seus ideários se unem por uma causa comum a qual impõe uma norma social que com a ação coletiva vem a transmutar-se no tempo e no espaço porém conservando como diz Lefebvre (1991, p. 12) “um caráter orgânico de comunidade”. Segundo Castells (2000: p. 127): “A ‘sociedade urbana’, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e transformação”.

A especificidade histórica da “sociedade urbana”, nas cidades modernas, é circunscrita por uma relação indissociável com o processo de formação do capitalismo: secular e lento. E, se como nos afirma Engels (1995), a base do capitalismo é a espoliação do bem comum para a constituição da propriedade privada, alinhada a formação do Estado para a proteção dos grandes mananciais de riquezas que passam a ter proprietários, constrói-se, então, a necessidade de um novo elemento: a família monogâmica.

A família monogâmica é uma forma de união produzida pela superioridade econômica, a fim de se perpetuar a propriedade privada pela afirmação masculina, “em proveito do filho”, descendente do membro masculino. Foram abolidas a filiação feminina e o direito hereditário materno. Com isso se requer a solidez dos laços conjugais, com o domínio do homem para a garantia dos seus herdeiros (ENGELS, 1995 p. 91). Esse sistema social conforma o policiamento da reprodução social pelo controle da mulher. A mulher começa a ser vigiada e tolhida, nessa nova relação se torna apenas uma consumidora da propriedade.

Como observamos, com a formação do capitalismo a garantia da terra se dá, também, com a organização familiar e o policiamento da sexualidade das mulheres, necessário para manutenção da propriedade privada. Nessa direção, o movimento de mulheres, as ativistas e as teóricas feministas observaram que o conceito de “corpo” é uma chave de interpretação

profícua para as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina nos espaços capitalista. Esse sistema contém uma série de elementos que determinam as relações sociais tal como conhecemos hoje, todavia, é importante ter em conta que os modos como as sociedades constroem suas concepções, sistemas de valores e, porque não dizer as suas verdades, é uma categoria da percepção do mundo, sendo cultural, histórica e social (DURKHEIM, 1989).

Enquanto produtos de uma época essas concepções estruturam um papel central no processo das relações socioespaciais. No momento em que a mulher passa a ser vigiada, disciplinada e domesticada, se constrói um rede discursiva materializadora de práticas femininas em oposição ao esperado do indivíduo masculino, essa separação construída e introjetada no imaginário das mulheres cria um conjunto de normas do que é se comportar como mulher nos diferentes espaços. É claro, nos referimos a uma matriz hegemônica, de sentido binário que se apropria do corpo feminino pelo Estado a partir do poder social das suas instituições, também pelos homens. Corpo esse forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017). São interesses que naturalizam e elabora de modo simplificado realidades complexas na medida em que o corpo feminino é enquadrado em um conjunto de concepções funcionais ao sistema.

A MULHER & OS ESPAÇOS: OLHAR HISTÓRICO

Há um consenso que a visibilidade dada as mulheres historicamente em diversificados espaços está relacionada a grandes tragédias ou a condição de ser mulher de algum homem importante, com raras exceções. Toma-se aqui, um caso da segregação feminina através dos séculos e sua suposta invisibilidade nas lutas travadas nos espaços e a importância desse espaço nas conquistas do gênero feminino, reconhecendo que as relações de desigualdade e discriminação não são as mesmas nos distintos períodos históricos.

Ao se falar da maneira como a sociedade produz as normas, pretende-se incorporar a visão generalizada que considera as desigualdades entre feminino e o masculino neste processo histórico, diz Simone de Beauvoir (1970: p. 13 – 14) que “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um ‘mitsein’ original que sua oposição se formou e ela não a destruiu”. No estudo do gênero feminino através

da análise histórica é evidente que desde os primórdios da civilização ocidental as mulheres são segregadas às normas masculinas, exercendo um papel supostamente secundário nas sociedades.

A distinção entre os sexos feita na Grécia Antiga, primeiramente por Diógenes de Apolônia e posteriormente por Aristóteles, aponta para uma análise obtida através do calor corporal e dos fluídos de cada sexo, os homens eram tidos como corpos quentes, admirados em sua nudez e sua virilidade, enquanto as mulheres eram a representação do frio, uma espécie de homem sem calor, mal acabado, ser inferior por sua composição orgânica e cobertas pelo manto da escuridão, essas manifestavam-se apenas em uma cidadania velada e aparentemente invisível aos olhos menos atentos.

Ao abordar a temática, Pierre Bourdieu (1999: p.07), assegura que existe um tipo de violência contra as mulheres que “está relacionada com a dominação masculina, é uma dominação imposta e vivenciada, resultante da violência simbólica, violência suave, insensível, invisível [...]”. Essa violência simbólica, tal qual descrita, foi exercida em outros períodos históricos, Sennett (2008: p. 32) descreve que: “os gregos usavam a ciência do calor corporal para ditar regras de dominação e subordinação”. Os corpos quentes masculinos por sua vez dominavam os corpos frios femininos, essa divisão axionômica primária dos papéis sociais se define no âmbito em questão como um valor normativo de distinção e uma razão para a segregação.

Os corpos frios e subordinados das mulheres na antiga Grécia encontraram nos ritos sagrados um meio de libertação e um tipo de luta velada contra a invisibilidade e não um ato de rebeldia contra os homens, ainda, segundo Sennett (2008: p. 71) “adaptados, os cultos que honravam o lugar feminino na sociedade agrícola anterior permitiram às mulheres da cidade livrar-se do estigma corporal”. Nestes períodos ritualísticos as mulheres desfrutavam de uma autonomia momentânea e da conquista temporária de seu espaço.

No sistema paternalista no qual se deu o feudalismo, a situação das mulheres era complexa, porque existiam várias categorias de mulheres, todavia, o poder sobre o corpo e as vontades femininas, estruturados antes do medievo, foram reforçados pelos discursos judaico-cristãos, o que legitimou a situação de submissão e de desigualdade diante do homem. Ser uma boa filha, uma boa esposa e, conseqüentemente, uma boa mãe, com base no moralismo e nas boas práticas cristãs era uma representação majoritária do período. Cabendo a mulher o papel

da reprodução e a manutenção da sociedade com a garantia que a célula familiar mantivessem desempenho ideal para a integração social (SILVEIRA, 2017). As mulheres que ansiavam utilizar sua voz ou suas ideias para questionar normas, uma vez que o dever de seu gênero era permanecer à sombra da dominação masculina, enfrentavam os instrumentos do controle social, tal como o tribunal da santa inquisição.

O Renascimento trouxe às mulheres uma representação simbólica da Madona, da Mãe, da mulher serena e santa. Com a reforma e a contrarreforma, a instrução feminina passou a ser aceita, com acesso as meninas burguesas. Entretanto, para resguardar os valores em voga, as escolas femininas eram separadas das masculinas, o saber masculino era diferente do feminino. A educação das mulheres estava voltada para o entretenimento, especialmente às artes e ao estudo de música, mais particularmente, o piano que, segundo Michelle Perrot era “o ópio das mulheres”. A música, de certa forma, não as instruía para assumir cargos públicos, ou os empregos que os homens estavam ocupando, ou para serem cidadãs, mas sim as tornariam mais agradáveis a seus maridos, em tese, preparadas para assumir a função do trabalho doméstico não remunerado, era esta a instrução (FEDERICI, 2017).

Práticas racionalizadas e definidas por femininas criam relações com o espaço, estrategicamente cria-se um ideal de feminilidade que afasta as mulheres da esfera pública, as mulheres que circulam no espaço público não são bem-vistas, são questionadas em sua moral. Não que em outros períodos históricos na cultura ocidental a mulher tivesse gozado de altos níveis de domínio e primazia. Todavia, mesmo com o não prestígio nas relações de poder, existiam formas mais alternativas de autonomia das mulheres, não sendo fácil a garantia dessas autonomias (FEDERICI, 2017).

Mergulharemos na França do século XVIII, para a elaboração de uma concepção sobre a conquista da voz, pelas mulheres. Como se sabe, essa foi uma época revolucionária no contexto do centro europeu, onde a participação feminina se fez sentir de forma prática e simbólica. Com a Revolução Francesa surge a oportunidade para que as mulheres, representadas por burguesas cada vez mais instruídas, passassem a expressar desejos de Cidadania e Igualdade.

O urbano se apresenta como um espaço propício para essa ação social, por sua esfera pública, de acordo com Michelle Perrot, “um risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação” (PERROT, 2007: p. 136). O risco se concretiza em esfera objetiva e

subjetiva, uma que a cidade era compreendida como nociva às mulheres destinadas a reproduzir a ordem social, ou seja, as mulheres burguesas. Vele ressaltar que negras, trabalhadoras, operárias, outras categorias de mulheres, já estavam nesses espaços dinamizando-o, todavia, eram mulheres consideradas sujas, inferiores, entre outros adjetivos pejorativo que as estigmatizavam. A novidade é que um grupo de mulheres da elite adentram no espaço público, manifestando suas opiniões, inclusive através do vestuário.

As burguesas, ao entrarem na cena pública, desafiam o espaço doméstico, assumido como a esfera privada, construindo rupturas em suas práticas e representações. Abrem fendas nas normas do controle social, questionam um lugar que desempenha uma função sublunar na organização capitalista, na medida que garante o trabalho não remunerado das mulheres e a sua subordinação aos homens. Tanto é que feministas como: a Olympe de Gouges (que criou “Os Direitos da Mulher e da Cidadã”), Mdme. Roland, Charlotte Corday, dentre outras, que se destacaram na esfera pública, plantando a semente de um movimento que revolucionou as relações sociais entre os sexos, acabaram mortas ou marginalizadas.

Na opinião da historiadora Dominique Godineau (2003: p. 196), “a participação das mulheres não é pontual, mas estrutural, embora sendo realizada em posição secundária”. Essa participação tornou-se um marco da anti-segregação, para Hobsbawm (2006: p. 102): “Os Girondinos são lembrados apenas como um grupo, e talvez por causa das mulheres politicamente sem importância, mas românticas que estavam ligadas a eles – Mme. Roland ou Charlotte Corday”. Através deste trecho, percebe-se, o quão foi importante à participação feminina. Uma vez que os Girondinos são lembrados na história devido à atuação das mulheres na esfera pública, proibida para elas.

O mundo francês, majoritariamente representado pelos homens, se viu surpreso quando se deparou com o fato de que as mulheres também tinham vozes. A preocupação dos homens franceses com a presença feminina na revolução acentuou ainda mais a divisão dos sexos e controle do sexo, conforme afirmou Michelle Perrot (2009: p. 14): “Num prazo mais longo, a Revolução acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas”. O trabalho doméstico não remunerado das mulheres se tornou uma das principais pilstras de sustentação da produção capitalista, uma vez que é o trabalho que reproduz força

de trabalho. Essa simbologia tornou-se palpável e o imaginário reforçou a servidão das formas femininas para o homem e o espaço.

Com a centralidade da reprodução da vida na idade moderna, elencada a manutenção da propriedade privada, as mulheres em idade reprodutiva passaram a ser vigiadas, controladas e domesticadas pelas instituições: família, igreja, Estado, entre outras nos espaços da cidade. A reprodução da vida tornou-se essencial ao sistema capitalista no que tange a propriedade privada e a sua manutenção pela garantia da herança no predomínio do homem, cuja paternidade é “indiscutível”, pois os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, um dia herdarão as posses de seu pai, e assim reterá, na família, o domínio dos bens (ENGELS, 1991).

A grande valorização do espaço feminino na esfera privada no século XIX, principalmente através da grande preocupação burguesa com a prole e as contradições sociais da época, passa a abrir uma brecha no discurso social e dos direitos para a introdução desta massa de seres humanos no contexto do bom funcionamento da cidade, sendo o lar um microcosmo da sociedade por inteiro.

Mesmo com os rompimentos pós-revolucionários a presença feminina na esfera pública continua a ser vista de forma torpe, principalmente pela burguesia.

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970: p. 17).

Mas, as transformações sociais ao longo do século XIX, traz à classe burguesa um fator determinante para a ascensão do feminismo, a educação das meninas, inicialmente voltada para melhor servir a sua família em espaço doméstico, passa a ser reivindicada como um símbolo da supremacia da classe. O que se faz notar é que “As mulheres da elite reivindicaram muito cedo o direito à instrução” (PERROT, 2007: p. 95). Essa instrução de certa forma virá a contribuir concomitantemente como instrumento para a emancipação feminina dos entraves que lhes eram impostos e a própria educação que há muito lhes era negada. Antoine Prost afirma, sobre este contexto, que:

Com as mulheres do mesmo nível de instrução, exercendo uma profissão, ou tendo condições para tanto, reivindicando iguais direitos de intervenção na esfera pública: com casamentos resultantes não tanto de alguma apresentação familiar, e sim de

conhecimentos travados em algum acampamento de jovens ou nos bancos da faculdade, surgem casais no sentido moderno do termo e, com o casal, uma nova distribuição dos poderes na vida privada (PROST, 1992: p. 78).

Seguindo pela ótica da relevância com relação à contribuição do urbano nessa problemática, onde as grandes cidades industriais foram um berço fecundo desse movimento de feminilização.

A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso só se tornou possível na grande indústria moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente (BEAUVOIR, 1970, p. 75).

A introdução das mulheres burguesas nas letras e no mercado de trabalho, foi acompanhada pela participação em movimentos feministas na luta pela emancipação do gênero. As feministas “são de início, isoladas, mulheres emancipadas da burguesia ou da aristocracia [...]” que somam forças na transgressão às normas sociais citadinas, cunhando assim o molde de uma sociedade moderna (PERROT, 2007: p. 157).

A Revolução Industrial e o desenvolvimento do sistema capitalista passaram a demandar uma maior quantidade de força de trabalho para assim atender as necessidades da acumulação de capital. O mercado de trabalho passou a absorver a força de trabalho também das mulheres. Segundo Marx (1983: p. 371) “os trabalhadores são homens e mulheres, adultos e crianças de ambos os sexos”. As mulheres proletárias não fazem parte da classe abordada neste artigo, mas também travavam as suas lutas, fortaleciam o coro pelos direitos e conquistas de autonomias e justiça que ocorriam na dinâmica complexa do contexto social. Sendo essa inserção no mercado de trabalho, mesmo diante de uma exploração brutal, de suma importância para o desenrolar dos fatos que circundam a “emancipação” do gênero.

A VANGUARDA FEMINISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

Foi abordado até então o processo de feminilização na Europa, visualizando a classe burguesa. Enquanto um centro da cultura ocidental, as concepções desse espaço, embora com temporalidades distintas, chegam em outros locais. Vale apresentar que toda sociedade possui um centro e ele representa a esfera de valores e crenças que marcam tal sociedade, o processo de exploração econômico cultural difundido pela Europa a mantém como esse centro ocidental.

O centro constrói uma ordem a partir de valores, crenças e símbolos responsáveis por governar uma sociedade. Este centro seria comandado por uma autoridade ou elite (grupo que possui certas qualidades distintivas como idade, educação, proveniência étnica, regional ou de certa classe), a qual segue e endossa um sistema central de valores que ajuda a estabelecer o que é sagrado em uma estrutura social (SHILLS, 1992).

Esse espaço como um centro gerador de ideias, práticas representações amplia essas concepções para outras espacialidades. Porém as novas concepções, os sentidos e as transformações, mesmo chegando a diversos locais, nem sempre estão em sincronia. As mudanças não acontecem ao mesmo tempo, dependem dos deslocamentos, da vivacidade com que acontecem as trocas de ideias e das dinâmicas socioculturais dos espaços que as recebem. Diante das suas relações de domínio o centro constrói suas periferias, para Shills (1992) a periferia consiste nos “estratos ou setores da sociedade que recebem ordens e crenças que não são criadas por eles próprios”, mas sim pelas instituições centrais que exercem autoridade.

Mesmo uma sociedade que aparenta ser ordeira e gozar de paz interna é um conjunto diversificado de atividades, um emaranhado de ligações que, por meios difíceis de definir, se constitui como um todo. Este conjunto possui fronteiras, mas a massa irregular que o compõe constantemente ultrapassa essas fronteiras. Com a expansão do poder europeu, domínio tecnológico e a evolução dos meios de transporte e de comunicação, o ideário do feminismo é assimilado por certos grupos, as noções de consenso, atravessam as fronteiras espaciais e se difundem incessantemente por várias partes do mundo diante de seus elementos mais englobantes, e mesmo com as suas particularidades essa relação dos indivíduos com o meio modifica e altera os espaços, que recebem do exterior, ideias, trabalhos e pessoas, como é explicitado por Shills (1992). Sendo que, o que penetra no interior de tais fronteiras é, porém, mudado pelo simples fato de lá estar; nesse aspecto o processo de assimilação cria um novo produto (SHILLS, 1992). É caso do feminismo no Brasil, circunscrito pela história e cultura difundida nesse espaço geográfico.

Considerado espaço periférico em relação aos ideários europeu o Brasil experimentou de acordo com as suas particularidades sócio históricas e os seus centros o turbilhão de transformações que agitavam a Europa. No que tange os movimentos feministas, as pesquisas nas ciências sociais e na história contribuíram para destacar sua emergência a partir de uma classe alta, letrada e privilegiada socialmente, dando foco as mulheres burguesas. Essas

são mulheres que tiveram proeminência nacional e internacional e entre seus feitos destaca-se a criação, em 1922, da FBPF – Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada pela brasileira Bertha Lutz, tinha como pauta de partida o sufrágio das mulheres (ALVES, 1980; SAFFIOTI, 1969).

Em grande medida a história do feminismo nacional é narrada por meio de temporalidades definidas como “ondas”. Essa separação favorece a demarcação de elementos considerados como hegemônicos em cada momento histórico, recortando assim, diante dessas ondas, tendências periódicas que somam três ondas feministas. Um exemplo é a primeira onda, interpretada como um movimento de mulheres burguesas em torno do sufrágio. A crítica sobre o uso da metáfora das ondas tem sido cada vez mais frequente, por considerar que essa periodização limita a percepção do movimento do feminismo como um todo. Não há como considerar o momento de emergência desse movimento, ou seja, a primeira onda, como exclusivamente sufragista, uma vez que existiram uma série de organizações feministas com articulações para além do sufrágio. No decorrer do processo e da experiência sócio histórica as burguesas também expandiram a sua ação e suas pautas de luta (FRACARRO, 2018).

O Rio Grande do Norte, estado considerado distante do centro econômico do país, com forte representação do Rio de Janeiro, capital do país, tem seus espaços marcado historicamente pelas lutas das mulheres burguesa por direitos, tendo sido palco de inúmeros destaques nacionais e internacionais. No que concerne ao espaço público, as intervenções com viés moderno começam a ser implementadas no final do século XIX para atender as normas de salubridade, higiene e estética, buscando afastar a população indesejada do cenário urbano (FERREIRA, *et al.*, 2008). Nesse período, ainda de paisagem bucólica com pequenos traçados de urbanidade os usos dos espaços eram demarcados para atender o desejo da elite local, com maior ênfase na capital do estado, cidade de Natal (SILVA, 2012; SILVA *et. al.*, 2021).

São poucos os indícios deixados sobre a participação dos indivíduos nos cotidianos dos espaços públicos do estado até as primeiras décadas do século XX. Embora, sabe-se que essas reformas marcam os primórdios da segregação socioespacial. Os indícios encontrados em jornais e em fontes iconográficas do início do século XX, revelem que imposições modernas vinculadas as novas lógicas que vinham da Europa e da capital do país não eram aceita de modo unanime e nem compreendida por todos os indivíduos (SILVA, *et al.*, 2021). Era raro a imprensa dar voz aos grupos populares, principalmente, as mulheres, salvo por comentários perdidos em

crônicas ou em colunas policiais. Não se tem muitas notícias das mulheres menos favorecidas no cotidiano da cidade, apesar de sabermos da sua existência e de termos ciência da sua participação e segregação nesse cotidiano (MARINHO, 2008).

Havia o anseio da burguesia em transformar o Brasil em uma Europa e para isso seria necessário inserir valores e ritmos ditos civilizados nos espaços, conseqüentemente, afastando as mulheres do espaço público, as que resistiam, eram mal vistas. Ao narrar um festejo público no final do XIX, na capital do estado do Rio Grande do Norte, Henrique Castriciano (1994) afirma que as mulheres ficavam “acasteladas nas frentes das suas residências, durante horas, transformadas em reductos invencíveis”. Esse era o momento em vislumbravam, de modo fragmentado, a vida pública da cidade. Logo, segundo o autor as “gentis patricias voltavam ao tédio da vida sedentária, sem passeios ao ar livre, sem liberdade”.

Mesmo em passos lentos a capital, e logo, outras cidades com maior acesso a bens econômicos, estruturam seus espaços com fragmentos de equipamentos modernos, tal como ruas, praças públicas, iluminação, teatros, clubes, entre outros elementos de racionalização dos espaços para convívio e sociabilidades pré-definidas. Nesses ambientes a participação das mulheres, ainda timidamente, passa a ser permitida educadas para tal acesso, apuravam seus gostos aos valores hegemônicos considerados dignos. Nesse contexto elas aparecem mais nos espaços públicos, porém, acompanhadas por pais, maridos e filhos, (CASTRICIANO, 1994).

A capital considerada ‘dorminhoquenta’ passa a ser o centro de inspirações das outras cidades do estado no que diz respeito aos comportamentos. Com a regulamentação dos usos dos espaços e direcionamento da vida urbana práticas consideradas populares e fora da ordem que se quer impor são criminalizadas (SILVA, 2012). É importante ressaltar que vários trabalhos sobre o estado nesse período, apontam que a incorporação dos hábitos modernos alinhado a racionalização dos espaços não estavam sincronizados com os estilos das principais *urbs* do mundo (ANDRADE, 2009; ARRAIS, ANDRADE E MARINHO, 2008; MARINHO, 2008; SILVA, 2012). São estudos que nos faz entrever que havia a resistência das mulheres das camadas populares em abandonarem os espaços públicos, o que pode ter gerado muitas tensões e embates.

O que se sabe é que nesse espaço a ação das mulheres construiu a abertura para o sufrágio feminino no país. Existem evidências que o Rio Grande do Norte foi pioneiro com relação aos primeiros passos para à emancipação das mulheres no que tange o direito ao voto,

a participação feminina nessa sociedade teve papel de destaque e representantes ilustres. De acordo com Augusto Buonicore:

A primeira feminista brasileira que se tem notícia foi a potiguar Nísia Floresta (1809-1885). Ela se destacou como educadora, montando e dirigindo diversas escolas femininas no país. Achava que a educação era o primeiro passo para emancipação da mulher. Traduziu e publicou “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, manifesto feminista de Mary Wollstonecraft. Foi obrigada a viver 28 anos na Europa e lá travou contato com as idéias mais avançadas. De volta ao Brasil apoiou o movimento abolicionista e republicano. Nísia era uma pessoa muito à frente do seu tempo (BUONICORE, 2009)

Nísia Floresta em seu contato com os grandes centros urbanos europeus absorveu a ideia dos discursos em prol da conquista dos espaços pelo axioma oprimido. Nísia se destacou como precursora das ideias feministas na América Latina, lutando pela emancipação da mulher e com esta postura, fundou escolas femininas baseando os estudos no ideário feminista. Vem ao caso perceber os aspectos sociais que favoreceu com que essas mulheres obtivessem uma posição intelectual e política marcantes nesse estado, circunscrito pelas relações coloniais, que traz na sua esteira concepções de dominações patriarcais, tal como o “machismo”. “Por volta de 1900, o feminismo europeu ganha força, se desenvolve e reivindica a libertação do corpo” (PERROT, 2007: p. 59). Assim como também sucedeu em vários países:

No Brasil a luta política das mulheres reivindicando o voto feminino se inicia desde 1901 e, embora já em 1905 haviam mulheres com títulos alistados, o direito de voto só se institucionalizou em 1932. Nessa luta vários nomes se destacaram, dentre eles: Bertha Lutz, Leonilda de Castro, Maria Lacerda Moura e, no Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine (TEIXEIRA, 2004: p. 333).

Militantes de várias partes do mundo estavam empenhadas na conquista feminina da participação na esfera pública, o direito a votar e ser votada incitava o imaginário social. Após a I Guerra Mundial, muitos países instituíram o voto feminino e o Brasil bebeu dessas fontes. As mulheres potiguares foram as pioneiras na conquista da sufrágio feminino na América do Sul. Conforme publicado no Jornal Folha de São Paulo (2008), “o direito ao voto feminino começou pelo Rio Grande do Norte. Em 1927, o estado se tornou o primeiro do país a permitir que as mulheres votassem nas eleições”. Após a publicação da Lei Estadual nº 660, em 25 de outubro de 1927, a primeira a se alistar e a votar foi a professora mossoroense Celina Guimarães Viana.

Já em 1928, foi fundada a Associação de Eleitoras Norte-riograndenses para melhor conduzir a luta pelos direitos femininos das potiguares, objetivando tornar mais eficientes os

esforços dessas mulheres com relação à sua atuação na vida cotidiana, nas esferas sociais e políticas. Mediante esta organização sócio-política poderiam assim pleitear o êxito do pensamento feminista com relação à libertação das normas masculinas que lhes eram impostas.

Destaca-se também a influência da figura, do então governador, Juvenal Lamartine como militante da causa. Ele apoiou a candidatura da primeira prefeita eleita da América Latina em 1928, Alzira Soriano eleita na cidade potiguar de Lajes. Lia-se no Jornal Tribuna do Norte:

Apoiada pelo então governador Juvenal Lamartine, Alzira Soriano foi obrigada a ouvir verdadeiros impropérios contra sua participação na política. A filha dela, Ivonilde Soriano, menciona que chegavam a cogitar que Alzira estava de namoro com o governador para justificar a candidatura. "Ela sofreu muito moralmente", lembra Ivonilde. No Livro 'Dicionário das Mulheres do Brasil' é narrado que a primeira prefeita eleita na América Latina teve de ouvir ser prostituta quem entrava na política, pois mulher de família não poderia ser votada (TRIBUNA DO NORTE. *Especial Redescobrimdo o RN*, 30 de abril de 2009).

O trecho acima explicita as dificuldades que enfrentavam as pioneiras na esfera pública. A vitória eleitoral de Alzira Soriano como prefeita, ocorrida no município de Lages em 1928, teve uma grande repercussão. Apesar da impugnação das eleições que não permitiu que a prefeita eleita concluísse o mandato, uma vez que houve a anulação de todos os votos femininos. Mesmo assim, mulheres como Alzira Soriano, abriram caminho para as lutas feministas que se sucederam no estado. É certo que elas não foram as primeiras com os pensamentos libertários, mas souberam utilizar-se da abertura dada pelo então governador Juvenal Lamartine e de sua amizade com a feminista Bertha Lutz, fundadora e coordenadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ao qual deve-se muito com relação a sua militância e os primeiros debates travados com alcance público.

Aos poucos, as mulheres passaram a se fazer, a cada eleição, mais presentes no espaço público, com participação significativa em cargos de gestão pública, principalmente após a nacionalização do voto feminino em 1932. Hoje, quase cem anos após a primeira eleitora do Rio Grande do Norte obter sucesso em seu alistamento e após o estado ter a primeira prefeita eleita na América Latina, continua a ser um exemplo de luta na feminilização política, contando com representantes do gênero em cargos significativos do estado, embora os dados referentes à participação das mulheres nas esferas governamentais ainda apontem uma sub-representatividade. Afirmando a desigualdade de gênero no campo da gestão pública, enquanto reflexo de uma estrutura cultural, social e econômica.

Por outro lado, diante dos flagelos, desigualdades sociais, preconceitos raciais e exploração brutal do trabalho que definem a história do Brasil, herança do histórico secular do colonialismo que produziu os gêneros por meio de modelos hierarquizados, apontar para os avanços ocorridos no Rio Grande do Norte é alentador, no sentido de se perceber que a sociedade é construída por meio de estratégias e narrativas, e o espaço não é algo dado, construído a priori, é parte das relações sociais. Sendo assim, existe a possibilidade real de ressignificação e mudança de códigos que oprimem, violentam e segregam os seres humanos. As mudanças existem, se efetivam nas práticas coletivas e cotidianas e promovem outras transformações, exemplo disso é o maior cargo da representação pública do estado estar nas mãos da Pedagoga Fátima Bezerra filiada ao Partido dos Trabalhadores, ela é a 56ª pessoa na cadeira do governo do estado, foi a única mulher a ser eleita governadora no Brasil nas eleições de 2018 e em 2022 é a única mulher reeleita em primeiro turno no país, com 58,20% de votação.

Vale ainda ressaltar que as câmaras municipais do estado do Rio Grande do Norte possuem a maior representação feminina em todo o Brasil (IBGE, 2021). Ainda, conta com 12,5% de mulheres nas representações de nível federal e 17% em representações estaduais. Nos parlamentos municipais do estado, elas representam uma ocupação de 21,8% dos assentos parlamentares. Apesar dos números não serem expressivos, é um avanço em um país em que máquina pública tem sido lenta em absorver os princípios da diversidade de gênero. E, em um estado que está entre os mais violentos do Brasil para as mulheres, quando a questão é racial a situação piora, o percentual das mulheres assassinadas engloba 88% de mulheres negras (FBSP, 2021). O que destaca uma conjuntura de desigualdade alarmante de gênero e de racismo.

Se partimos da percepção que os espaços são resultados dos interesses particulares de grupos políticos e econômicos, que nos espaços públicos se estabelece as relações entre o gênero e o direito a cidade, os avanços são louváveis por provocarem rachaduras nas estruturas, mas com a certeza, a participação é complementar, indicando que existe muito a ser feito em termos de emancipação feminina e de ocupação socioespacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo é um campo político permeado por disputas com várias mulheres atuando em distintos segmentos da vida social contra formas de exploração e dominação

assumidas no processo histórico ocidental. A consciência da ação feminista, ou seja, a formação política unida as negociações para se obter avanços em relação a autonomia das mulheres nos distintos espaços sociais está localizada na própria construção desse movimento, e ele compreende uma rica luta por direitos sociais. Com algum esforço compreendemos que o sufrágio é apenas uma parte dessa história política (FRACARRO, 2018).

A própria palavra “política” vem do grego polis, que nos remete aos espaços públicos da cidade, há aí o interesse das mulheres de conquistar o espaço público diante da participação coletiva, em seu sentido lato de sociedade, o que reverbera nos papéis sociais, também, exercidos na esfera privada ou doméstica, espaços onde as micro relações de poder constituem uma subordinação genérica imposta as mulheres que se refletem em âmbito pessoal.

Nesse viés, consideramos o estado do Rio Grande do Norte como um espaço de vanguarda nacional das lutas femininas, no sentido de ter uma participação significativa, não expressiva, do gênero na égide da esfera do poder político. O comando do poder decisório de organização coletiva do estado tem como representante uma mulher: Maria de Fátima Bezerra. O que não significa um relacionamento igualitário e equânime com o coletivo masculino, como pode ser observado nos percentuais apresentados na seção anterior diante da representação das mulheres no estado em níveis estaduais e federais. Todavia, são contornos mais nítidos da alteração da estrutura de poder no espaço norte riograndense.

Anteriormente, Fátima Bezerra, coligada ao Partido dos Trabalhadores foi Deputada Estadual, logo, foi eleita ao cargo de Deputada Federal, sendo reeleita por três vezes consecutivas, tendo consigo a maior votação no estado e a quinta maior do país, na sequência ascendeu ao senado. Ainda, foi a única mulher eleita como governadora no país nas eleições de 2018, e a única mulher reeleita em primeiro turno no país, no ano de 2022. Pode parecer simples se associamos a política somente as eleições e a conquista de votos. Entretanto, o momento de apresentação de um candidato, que desembocará na eleição, já é a resposta de uma trajetória extremamente complexa de disputas, negociações e ações socioespaciais.

Um outro nome de destaque na cena norte rio grandense é o da Wilma de Faria, ela foi a primeira Deputada Federal do estado do Rio Grande do Norte (1986), foi a primeira Prefeita eleita na capital do estado (Prefeita em Natal por três mandatos: 1988, 1996 e 2000). Wilma de Faria, também, foi a primeira Governadora do Rio Grande do Norte em 2002, sendo reeleita em 2006. É relevante citar que, no ano de 2008, os principais cargos políticos do estado

estavam nas mãos das mulheres. Eram elas: a Governadora Wilma de Farias; a Prefeita da capital Mícarla de Souza¹; a Senadora Rosalba Ciarlini²; e, a Deputada Federal Fátima Bezerra. Nesse mesmo momento, com certeza, muitas outras mulheres estavam demarcando seu espaço em lutas políticas nesse recorte geográfico.

É consenso os retrocessos políticos em termos de direitos, mobilidade social e distribuição de renda ocorrido no país com o avanço da extrema direita. Isso incide de forma mais árdua nas mulheres. Histórica, a violência contra a mulher na sociedade capitalista é exacerbada com a extrema-direita no poder, é quando os valores patriarcais e morais machistas são impostos, normalizando no imaginário social o assédio e até mesmo os estupros. No Brasil, quatro mulheres são vítimas diárias de feminicídio, nos dois últimos anos foram 2.695 mulheres assassinadas, as situações de assédio e importunação sexual subiram em 17%, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Claro, as mulheres negras morrem mais, são 62% do total de vítimas do feminicídio, e as mortes violentas com intencionalidade – não ligadas ao feminicídio – abarcam 70% das mulheres negras. As informações podem ser observadas no Atlas da Violência, IPEA, volume 2.7, publicado em 2021. Nos últimos quatro anos, que corresponde ao governo Bolsonaro, os recursos para políticas específicas de combate à violência contra a mulher foram reduzidos em 94%, quando comparado com os governos anteriores, a informação é pública e pode ser conferida no site do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Esses dados de violência não são aleatórios, não surgem repentinamente, eles refletem a destruição das políticas públicas necessárias para o combate da violência contra as mulheres. E, no estado do Rio Grande do Norte, as estatísticas definem o local como o quinto mais violento para as mulheres no país e coloca entre as mulheres assassinadas por feminicídio um percentual de quase 90% de mulheres negras, como exposto anteriormente. O contexto, é uma resposta a paralização das propostas em distintas esferas do poder público para a inserção das mulheres, tal como a política de cotas para os postos de liderança na administração pública federal, estadual e municipal.

Apesar da vanguarda, a participação feminina ainda depende da composição mínima do número de mulheres para se alcançar os tetos estabelecidos por partidos, o que reforça a importância de cotas e políticas que estabeleçam essas cotas. Soma-se a isso, no

¹ Mesmo que seu governo tenha sido um completo desastre, o fato de Mícarla de Souza ter sido eleita é relevante para esta pesquisa.

² Também deixou muito a desejar, quando governou o Estado, foi muito mal avaliada pela população.

imaginário da população as concepções que menosprezam as mulheres e alargam os preconceitos, reverberando em violências diversas, isso com o apoio de discursos que as inferiorizam, como por exemplo os propagados publicamente pelo presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.

Nesse cenário de retrocesso aos direitos e autonomia das mulheres o estado do Rio Grande do Norte elege uma das poucas mulheres no cenário nacional para o Governo e mantém maior representatividade feminina nos assentos dos parlamentos municipais em termos de país, o que permite o destaque feminino na esfera política. Mulheres norte rio-grandense alcançaram através de vários movimentos, negociações e ações a vanguarda política sufragista com relação ao restante do país. Foram as pioneiras do voto em toda a América do Sul. O que pode indicar um tipo de singularidade social no feminismo local a ser observado, afinal há uma obtenção e manutenção de conquistas femininas em meio a cenários complexos e amplamente divergentes para tais acessos.

“Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma as suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo de democracia” (PERROT, 2007: p. 162). As conquistas abordadas diante de um movimento de vanguarda feminista favorece na desnaturalização dos espaços e das relações sociais. Ao se caminhar pela história dessa trajetória, torna-se obvio que nessa realidade nada é perene e único, em outras palavras, há uma multiplicidade de conexões e ações, não há um só movimento com grupos e perspectivas restritas, cabe assim, aos movimentos feministas continuar e ampliar sua luta, com ações cada vez mais politizadoras, desmistificar a ordem imposta e recriá-la, dando ênfase a espaços antes silenciados, a fim de caminhar na direção de uma sociedade menos desigual e com maior representação feminina nos distintos espaços das esferas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1997.

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil editora, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed Bertand, 1990.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DURKHEIM, Emile. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Alexsandro. *Uma Cidade Para o Futuro: O discurso do progresso na estruturação urbana de Natal*, In: FERREIRA, Ângela Lúcia & DANTAS, George (orgs). *Surge ET ambula: a construção de uma cidade moderna*. Natal, RN: EDUFRN, 2006, p. 283-301.

FRACARRO, Glaucia Cristina Candian Fraccaro. *Uma história Social do Feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937)*. In: *Estudos Históricos*. Vol 31, nº 63, Rio de Janeiro, 2019, p. 7-26.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODINEAU, Dominique. *Les femmes dans la société française 16 - 18 siècle*. Paris: Armand Colin, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e Vida Privada*. PERROT, Michelle. In: *História da Vida Privada Vol. 4*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

MARAND-FOUQUET, Catherine. *A mulher no tempo da revolução*. Tradução Maria Mello. Portugal: Inquérito, 1993.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PERROT, Michelle. *Outrora em outro lugar*, In: *História da Vida Privada, Vol. 4*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

_____. *Figuras e Papéis*, In: *História da Vida Privada, Vol. 4*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

_____. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: *Revista Brasileira de História*, n. 53, jan./jun. 2007

PROST, Antoine. *A Família e o Indivíduo*. In: VICENT, Gérard (org.). *História da Vida Privada, Vol. 5: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da. *Centelhas de uma cidade turística nos cartões-postais de Jaeci Galvão (1940-1980)*. Dissertação de Mestrado em Turismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Sylvana. K. Marques, LAIBIDA, Luiz D. Janz, SANTANA, Gilmar, & ALVES, Maria Lúcia Bastos. Agência do progresso e turismo: interlúdio paisagístico pelas lentes de Manoel Dantas. In: *Revista Ateliê Do Turismo*, 5 (2), 2021, p. 109-128. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12747>

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da mulher medieval nos livros didáticos: uma visão comparativa. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.80-107, 2017.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992

6. OUTRAS FONTES

BEZERRA, Maria do Nascimento. *Jornal Diário de Natal*, Natal, n. 07, 28 de março de 2004, 13 p. [Coleção Leituras Potiguares].

Alzira Soriano, a primeira prefeita da América. *Tribuna do Norte*, 30 de abril de 2009. [Redescobrimo o RN]

Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil: saiba mais sobre essa conquista. *Folha de São Paulo*. www.folha.com.br, 24 de fevereiro de 2008.

BUONICORE, Augusto. *As mulheres e os direitos políticos no Brasil*. <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art267.asp>, Publicado em 10 de março de 2009.